

Os Ensinamentos de um Barão Amazônico: Motins Políticos Sob o Topos da História *Magistra Vitae*

Luciano Demetrius Barbosa Lima*
Mestrado em História Social da Amazônia – UFPA
E-mail: dehistoriador@yahoo.com.br

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a presença do topos de história *Magistra vitae* na narrativa intitulada *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Elaborado em finais do século XIX pelo historiador e político Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará), esse livro caracterizado pela descrição de uma série de conflitos políticos e sociais ocorridos no Grão-Pará, entre as décadas de 1820 e 1830, e transformado, ao longo do século XX, em fonte central para a história da Cabanagem, também foi marcado por estabelecer paralelismos entre eventos do passado, e conceber a narrativa histórica como “exemplo” e “lição” para a posteridade. Ao investigar essas percepções, esse artigo pretende adentrar em um caminho pouco conhecido e instigante dessa obra e do pensamento de seu autor.

Palavras-Chave: Amazônia; Historiografia; *Magistra Vitae*.

ABSTRACT

This study aims analyze the presence the topos of history *Magistra vitae* in narrative titled *Political Riots or history of the main political events in the Province of Pará from 1821 until 1835*. Elaborated in the end of nineteenth century, by the historian and political Domingos Antonio Raiol (Baron of Guajará), this book, characterized by description a series the political and social conflicts occurred in Pará, between the decades of 1820 and 1830, and transformed, to Long of century XX in fount main for history of Cabanagem, too was marked by establish parallels between events of the past, and conceive the historical narrative as “example” and “lesson” for posterity. To investigate these perceptions, this article will enter in path little known and provocative this work and thought its author.

Key words: Amazon; Historiography; *Magistra Vitae*.

Durante a segunda metade do século XIX, quando a escola histórica alemã e a escola metódica francesa consolidavam a ciência histórica como disciplina acadêmica de caráter objetivo e na busca pela “verdade dos fatos”, um político e intelectual paraense, ao elaborar sua mais conhecida obra, fez referência a uma máxima que havia sido usual desde a antiguidade clássica e abandonada pela inteligência européia no contexto posterior a revolução francesa.

* Luciano Demetrius Barbosa Lima é Mestre em História Social da Amazônia pela UFPA.

Em sua visão, a história deveria espelhar-se no pensamento de Cícero¹ se constituindo em: “Testemunha dos tempos, tocha da verdade, depositária da moral, a história interessa pelas suas narrações, ilumina pelos seus exemplos, instrui pelas suas lições, patenteando ora a sabedoria e os erros dos povos, ora as virtudes e os vícios dos particulares” (RAIOL, 1970: p. 416). Por meio dessa concepção, na qual o saber histórico era baseado na realização de paralelismos com fatos do passado, essa área de conhecimento adquiria o sentido de “lição” ou “ensinamento” para as gerações do presente e futuro, podendo adequar-se aos mais variados fins políticos ou sociais.

Domingos Antônio Raiol,² na época um dos representantes amazônicos no meio político imperial, como deputado e posteriormente presidente provincial, foi o autor responsável pela inserção desses pensamentos em seu livro intitulado *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, obra elaborada durante 25 anos (1865-1890), cuja primeira edição foi publicada em cinco tomos.³ Esse estudo tinha como foco de análise as lutas político-sociais ocorridas na Amazônia durante o primeiro reinado e a fase regencial, “desde a convocação das Côrtes gerais em Portugal até a proclamação da Independência do Brasil” (Ibidem, p. 7); passando pelos acontecimentos “desta época em diante até a abdicação de D. Pedro I” (Ibidem: p. 7); e finalmente enfocando “os sucessos que tiveram lugar desde a revolução de 7 de Abril de 1835” (Ibidem: p. 7).

¹ Marcus Tullius Cícero (Arpino 106 a. C. – Fórmia 43 a. C.) foi um dos mais conhecidos e influentes políticos e oradores romanos da fase final da República. Sua educação foi esmerada, sendo aluno de algumas das mentes mais brilhantes de Roma no período. Posteriormente adentrou na vida política, exercendo as funções de Senador, Cônsul etc. Envolveu-se diretamente na repressão contra a conspiração promovida por Lúcio Sérgio Catilina, cujos participantes manda executar sem julgamento. Tempos depois da guerra civil e da morte de Cesar, passa a fazer oposição ao poder crescente de Marco Antônio que manda assassiná-lo. Autor de uma vasta e diversificada obra, composta por retóricas, tratados filosóficos, discursos, cartas e poemas. Entre seus escritos que sobreviveram aos séculos, a obra *De Oratore* (55 a. C.), na qual expõe algumas máximas relacionadas a importância da narrativa histórica, deixou profundas influências posteriores.

²Domingos Antônio Raiol era filho de Pedro Antônio Raiol e de Dona Archangela Maria da Costa Raiol. Ele nasceu na Vila da Vigia, hoje elevada à categoria de cidade, no dia 4 de março de 1830. Aos 5 anos, ficou órfão, quando seu pai, vereador do Conselho Municipal da Vigia, foi morto pelos cabanos em 23 de julho de 1835. Em Belém, estudou Humanidades, seguindo depois para Recife onde se bacharelou em Direito em 1854. Em 18 de fevereiro de 1871 casou com D. Maria Vitória Pereira de Chermont. Possuiu extensa vida política, como deputado pelo Partido Liberal e presidente provincial em Alagoas (1882), Ceará (1882), e São Paulo (1883). Além disso, foi agraciado com o título de Barão de Guajará, por carta Imperial de 3 de março de 1883. Faleceu em Belém, em 29 de outubro de 1912.

³ O 1º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1865, com 320 páginas. O 2º foi publicado em São Luiz do Maranhão em 1868, com 412 páginas. O 3º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1883, com 469 páginas. O 4º foi publicado no Rio de Janeiro, em 1884, com 499 páginas. O 5º volume foi publicado no Pará, em 1890 com 543 páginas.

Esse livro, embora não tenha se constituído no único trabalho publicado por Raiol, foi indubitavelmente o mais conhecido, transformando-se posteriormente em fonte primordial para pesquisas referentes à Cabanagem no Pará. Além disso, propiciou vários benefícios pessoais ao seu autor, favorecendo sua inserção como sócio-correspondente nos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),⁴ ocorrida em 1866.

Raiol, aproximando-se das perspectivas de alguns membros das elites letradas brasileiras imperiais, acreditava que a história “transmite o passado à posteridade reproduzindo as cenas que interessam à humanidade, e lhe podem servir de normas de conduta no grande teatro da vida” (Ibidem: p. 416). Estas perspectivas, inseridas em uma narrativa que almejava reconstituir parte da história paraense, curiosamente aproximavam-se das idéias expressadas dois mil anos antes, por um influente político e orador romano chamado Cícero, que no século I a.C. havia afirmado em Latin: “*historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae* (CÍCERO, 1967) (a história é a verdadeira testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida), estabelecendo uma concepção sobre a narrativa histórica que iria durar vários séculos.

A partir dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo analisar os usos do topos de *historia magistra vitae* na obra *Motins Políticos*, elaborada pelo Barão de Guajará, que durante algumas situações apresentou em seu texto histórico paralelismos em relação a eventos do passado, seguindo a lógica de apresentá-los como “lições”, direcionadas as elites político-intelectuais regionais e brasileiras de seu tempo.

Vale ressaltar que além de sua importância como temática de pesquisa, este artigo adentrará em um caminho pouco explorado, pois apesar desta obra de Raiol ter servido como fonte para diversos livros, como: *Adesão do Grão-Pará à Independência* (MUNIZ, 1973), *A Cabanagem* (HURLEY, 1936), *Evolução política do Brasil: colônia e*

⁴ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 21 de outubro de 1838, na cidade do Rio de Janeiro, inspirado no modelo do Institut Historique de Paris, que havia surgido em 1834. Ele contava com o incentivo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, além da proteção e do apoio econômico imperial, durante décadas esta instituição se constituiu em forte representante dos interesses intelectuais da monarquia. Para maiores informações ver: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 156, nº 388, p. 459-613, jul/set 1995. SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial - os Institutos Históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional" in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Jan/1988, nº 01.

império (PRADO Jr., 1994), *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (SODRÉ, 1988), *Nos Bastidores da Cabanagem* (CRUZ, 1942), *Cabanagem: epopéia de um povo* (ROCQUE, 1984), *Cabanagem: o povo no poder* (CHIAVENATO, 1984), *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia* (DI PAOLO, 1990), *Memorial da Cabanagem* (SALLES, 1992), *Cabanagem: uma luta perdida* (SILVEIRA, 1994), *História Amotinada: memórias da cabanagem* (Ricci, 1993), entre outros, grande parte dos autores responsáveis por esses trabalhos privilegiaram temáticas relacionadas aos eventos da história político-social, particularmente a *Cabanagem*, não existindo nenhuma investigação específica direcionada ao enfoque sobre o uso da escrita histórica de Raiol em suas aproximações com a *historia magistra vitae*.

Ademais, torna-se necessário entender como a historiografia desde a antiguidade foi marcada pelo princípio no qual as narrativas sobre o passado também funcionavam como “ensinamentos” para a posteridade. Assim, o próximo tópico apresentará um breve quadro sobre a presença dessa concepção em narrativas históricas pertencentes ao meio europeu e nacional.

Aprendendo com o passado: o topos ciceroniano na historiografia ocidental

Na primeira metade do século XX, o historiador Marc Bloch, um dos “pais” da escola francesa dos *Annales*,⁵ escreveu em uma de suas mais conhecidas obras que a “nossa arte, os nossos monumentos literários, estão cheios dos ecos do passado; os nossos homens de acção têm a boca cheia de lições do passado, reais ou imaginárias” (BLOCH, 1976: p. 12). Essas palavras, proferidas em um momento no qual os métodos de pesquisa e escrita histórica passavam por transformações, representam um indício de como esse estudioso, já no período posterior a 1ª Guerra Mundial, ainda vislumbrava a

⁵ A Escola dos Annales surgiu a partir da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* criada por Marc Bloch e Lucien Lebrun em 1929. Esta procurava romper com a história metódica valorizadora dos eventos políticos, propondo entre outros aspectos a construção de uma história interdisciplinar e unida as demais ciências sociais. Durante o século XX, a escola dos Annales passou por várias transformações, e contou com a participação de algumas gerações de historiadores como Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie, se constituindo num dos movimentos mais importantes da historiografia mundial naquele contexto. Ver: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997. CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso e VAINFAS, Ronaldo (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Trad. Dulce de Oliveria Amarante dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

existência de alguns resquícios da extinta *historia magistra vitae* na mentalidade de seu tempo.

Foi na antiguidade clássica que a história começou a ser pensada como “um repertório de *exempla*, de precedentes educativos, adequados para exaltar a virtude e suscitar todas as formas de devoção e sacrifício” (GUSDORF, 1993: p. 9). Cícero, autor e político romano do século I a.C., acreditava que o conhecimento da história possuía a função de educar os homens nas atividades político-intelectuais e indicar padrões que deveriam ser copiados ou não na sociedade.

Embora originado do pensamento pagão greco-romano, o topos da *historia magistra vitae* teve efetivamente sua “propagação (...) sob o cristianismo em correspondência com a imagem da vida de criaturas engendradas por um Deus onipotente e presente” (LIMA, 2006: p. 120). Assim, um acontecimento deflagrado em uma “conjuntura temporal posterior era passível de encontrar correspondência em uma conjuntura passada” (Ibidem, p. 120), ocasionando associações por parte dos estudiosos que acreditavam poder utilizar esses eventos como “lições” para as gerações do presente e futuro. Por isso, nos séculos seguintes a antiguidade clássica, as narrativas históricas, embora tenham adquirido muitas diferenças em relação ao modelo seguido pelos romanos, mantiveram a tendência em considerar os “exemplos” do passado como “ensinamentos” para as gerações futuras, aspecto que permaneceu muito forte no meio historiográfico ocidental.

Na Idade Média, apesar de múltiplos intelectuais, considerarem a história como uma “área de conhecimento auxiliar, vinculada à Gramática ou à Retórica, que tinha como função fornecer material para o desenvolvimento de outras disciplinas, tais como a Teologia e o Direito” (RUI, 2000: p. 212), muitas narrativas históricas tinham o objetivo de estabelecer “lições”, como, por exemplo, no trabalho dos hagiógrafos, que almejavam estudar o passado para “ilustrar a exemplaridade do santo e do seu poder milagroso”, (BOURDÉ e MARTIN, 1983: p. 17), servindo também na forma de “exemplos” e “ensinamentos” de fé a serem seguidos pelas populações da época.

Dessa forma, apesar da história praticada pelos estudiosos da Idade Média possuir várias diferenciações em relação aos pensadores da antiguidade clássica, o recurso aos “exemplos” do passado, presente nas narrativas históricas dos antigos, visivelmente se adaptava aos interesses pessoais, institucionais e valores sociais do contexto medieval, continuando a ser praticada, e funcionando como uma espécie de

“arma política”, adequada aos mais variados interesses e contextos históricos, pois ligada ao poder, “essa história pretendeu ser também *memória*. Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* pôde então servir (...) aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos” (FALCON, 1997: p. 63).

No contexto da chamada Idade Moderna, marcada na Europa pelo processo de formação dos Estados absolutistas e Renascimento, as narrativas históricas passaram a possuir interesses distintos dos vislumbrados nas épocas anteriores, atendendo muitas vezes aos anseios das monarquias nacionais em processo de formação. Contudo, mesmo com essas características e autonomia, a “história humanista e renascentista assume uma atitude dupla e contraditória (...). Por um lado, o sentido das diferenças (...) da relatividade das civilizações, mas também da procura (...) de uma ética em que a história (...) se torna *magistra vitae*” (LE GOFF, 2003: p. 68). Assim, o papel de vários estudiosos renascentistas consistiu em “analisar os jogos complexos da vida política, e (...) também dar lições aos governantes” (BOURDÉ e MARTIN, 1983: p. 38).

Nesse sentido, um dos mais conhecidos intelectuais humanistas, o autor italiano Nicolau Maquiavel, definiu em sua obra *O Príncipe*, o tipo de “ensinamento” do passado que acreditava ser almejado na época, ao expressar que: “não achei (...) coisa que me seja mais cara ou que tanto estime quanto o conhecimento das ações dos grandes homens apreendido por uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas” (MAQUIAVEL, 2004: p. 27).

As palavras de Maquiavel deixam transparecer que na percepção dos intelectuais renascentistas os “ensinamentos” do passado, apesar de serem enfocados de forma distinta do período medieval, pois procuravam diminuir o caráter teocêntrico da escrita histórica, continuavam a servir de “instrumento” para os homens, não mais em sua busca da salvação espiritual, mas sim, como forma de conduzir os desígnios humanos e políticos.

Na primeira metade do século XVIII, o topos ciceroniano que havia se difundido desde a antiguidade começou a se enfraquecer, pois a percepção de história como “ensinamento” que visava “esclarecer o homem político” (HARTOG, 1998: p. 197), e também “servir à instrução do homem particular” (Ibidem: p. 197), não correspondia aos anseios dos novos tempos revolucionários, perdendo seu sentido verdadeiro, pois

não parecia se adequar em um contexto, no qual a história ganhava cada vez mais autonomia.

Mesmo com todas as transformações político-sociais, muitos estudiosos continuaram empregando em seus trabalhos a máxima de Cícero. Assim, se a “velha história política no gênero *magistra vitae* experimentou algumas rudes desventuras no Século das Luzes, (...) não estava completamente morta” (LOPES, 1997: p. 42), subsistindo nos escritos de alguns intelectuais. O próprio Voltaire “afirmou que escreveria uma história da vida de Carlos XII (...) para ensinar os príncipes o que é preciso evitar” (LOPES, 2004: p. 66). Nessa percepção, a história era reconhecida em seu “valor de formação para os príncipes primeiramente, mas também para os súditos, contá-la é lícito, aprendê-la é útil” (HARTOG, 1998: p. 198).

Contemporaneamente as palavras de Voltaire, diversas mudanças políticas, sociais e econômicas eram deflagradas na Europa, a partir de eventos como as revoluções francesa e industrial. Ao lado dessas transformações, a história *magistra vitae* “esvazia-se de sentido verdadeiro e (...) não parece pertinente” (Ibidem: p. 198). Naquele contexto, as novas concepções de historicidade difundidas durante o século XVIII, passaram a propor a unicidade dos acontecimentos, fazendo com que essa área de conhecimento passe a englobar novas metodologias e objetivos, deixando de representar exemplos de “preceitos” e “lições” para a sociedade presente. (KOSELLECK, 2006: p. 56)

No início do século XIX, quando o uso do topos de *história magistra vitae* parecia ter desaparecido, o escritor francês François-René de Chateaubriand, nascido em Saint-Malo, 4 de setembro de 1768 e falecido na cidade de Paris em 4 de julho de 1848, escreveu várias obras literárias, peças teatrais, poesias e até livros de história, propiciando em muitos desses estudos, uma espécie de sobrevida na elaboração da narrativa histórica na forma de “ensinamento”, como, por exemplo, ao realizar paralelismos entre os eventos das Revoluções: Inglesa e americana, ou das independências “norte-americana com a das repúblicas hispano-americanas” (LIMA, 2006: p. 120).

Autor de variada bibliografia, Chateaubriand tornou-se conhecido em vários países, como um dos expoentes do romantismo francês. Suas obras ganharam repercussão em várias partes do mundo, onde se constituiu em um dos autores mais lidos pela intelectualidade ocidental a partir da virada do século XVIII.

No Brasil, nação que havia se emancipado na primeira metade do século XIX, o pensamento de Chateaubriand e de outros autores românticos chegou com intensidade, adquirindo um grande número de leitores e admiradores no nascente império. Além disso, foi sob influência do sentimentalismo e subjetividade romântica, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi fundado em 1838, se constituindo ao longo do segundo reinado, no principal espaço intelectual do país, ao reunir alguns dos mais destacados representantes da inteligência nacional.

Nas primeiras décadas após o surgimento do IHGB, o topos de *historia magistra vitae* possuía grande aceitação entre os membros do instituto, uma evidência dessa situação pode ser observada nas palavras do cônego Januário da Cunha Barbosa, membro fundador e secretário perpétuo do IHGB, proferidas em 1839:

Não tem faltado escriptores que se dessem ao trabalho de recommendar á posteridade muitos desses factos, que são lidos em todos os tempos com justa admiração; mas, espalhados por um vasto territorio como este em que agora Brazil assenta o seu throno imperial, elles mais escreveram historias particulares das provincias do que uma historia geral, encadeados os seus acontecimentos com esclarecido criterio, com deducção philosophica, e com luz pura da verdade. Ah! se ainda assim mesmo tantos escriptos de illustres brasileiros fossem dados á luz publica, ou conservados em archivos, para a posteridade delles se aproveitasse, talvez que então se podesse realizar em parte a doutrina de Cicero, quando chama a historia de testemunha dos tempos. (BARBOZA, 1839: p. 11)

O texto em questão, presente em um discurso proferido pelo Secretário Perpétuo Januario da Cunha Barboza, pode ser considerado revelador, pois além da perspectiva de construção de uma história nacional, demonstra que havia uma preocupação especial em inserir o pensamento ciceroniano, considerado “importante” e “útil”, por adequar-se a elaboração de narrativas sobre o passado brasileiro que possibilitassem uma espécie de “lição” em defesa do *status quo*, a serviço dos grupos dominantes do presente e futuro.

Contudo, ao mesmo tempo em que criticava a ausência de uma produção histórica voltada para um caráter patriótico e nacional, o Secretário Perpétuo do IHGB expressava a “enorme” contradição de parte da intelectualidade imperial que se voltava, segundo ele, ao enfoque de narrativas “locais” ou pouco divulgadas, fato que segundo Januario da Cunha Barbosa dificultava o estabelecimento de uma memória brasileira.

A partir dessas propostas, ele acreditava ser tarefa dos membros do instituto reconstituir uma “história oficial” para a jovem nação, pautada nos exemplos “edificantes” de alguns heróis ou nos paralelismos entre acontecimentos do passado e

presente. A perspectiva de colocar em prática essa concepção, que visava instaurar os parâmetros de uma narrativa do passado nacional, monarquista e católico, no qual os eventos históricos eram apresentados, por meio da perspectiva de “lição”, podem ser observados em um dos volumes da revista do IHGB, publicado na década de 1850:

A Historia é um campo vastíssimo, que poucos homens pódem correr em toda a sua extensão; mas nem por isso devemos abandonar o seu estudo, mórmente na parte que illumina o nosso espírito sobre os acontecimentos do nosso paiz. A política, e a civilização em geral, exige que nos appliquemos a salvar da voracidade dos séculos, os factos que nos conduzirão ao estado presente de nossa moralidade, o que sirvão nos tempos futuros de comparação com os nossos progressos, depois de constituídos em nação independente. Testemunha dos tempos, luz da verdade, ella abunda de elementos necessarios á nossa civilização, e a prosperidade do Estado; mestra da vida, offerece exemplares de heroicos feitos aos que prezão a honra de servir a Pátria, e de viver alem da sepultura pela recordação de gloriosas acções. (BARBOZA, 1858: p. 573)

Os argumentos do secretário perpétuo do IHGB revelam, entre outros aspectos, a valorização da temática política e também a concepção em que as narrativas históricas simbolizavam “lições” e “exemplos” para o fortalecimento dos ideais patrióticos e civilizatórios no contexto do 2º reinado. Nesse sentido, em uma nação que se encontrava em pleno processo de formação institucional, política e ideológica, como era o Brasil na época, a produção de narrativas históricas adquiria um valor fundamental, pois servia tanto as pretensões intelectuais como políticas de uma reduzida elite letrada. Por isso, diversos membros da intelectualidade no período, preocupavam-se em consolidar as bases de uma história oficial, voltada para a construção do “passado nacional”, cujo objetivo mais eminente, caracterizava-se pela perspectiva de elaboração das “histórias regionais que garantam uma direção à centralização” (REIS, 1999: p. 27), compondo a unidade político-territorial do país.

Ademais, dando continuidade ao seu discurso, Januário da Cunha Barbosa defendia uma espécie de “liderança intelectual” a partir dos quadros do instituto, que possuía a responsabilidade de elaborar uma história para o nascente império. Nesse sentido, a melhor saída, de acordo com o cônego, seria adequar-se diretamente a proposta ciceroniana, enfatizando também o objetivo de “eternizar” esta “memória nacional”, como pode-se perceber no trecho a seguir:

Basta attendermos ao que diz Cicero sobre a historia para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um Instituto que della particularmente se ocupe, e composto de homens os mais conspicuos por suas letras e por suas virtudes. – A historia (escreve aquele philosopo romano) é a *testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida*. – Por esta judiciousa doutrina bem facilmente se conhece quão proficua deve ser a nossa associação, encarregada

como em outras nações de eternisar pela historia os factos memoraveis da pátria. (Ibidem: p. 9-10)

Lições “patrióticas” e destinadas a “eternizar” o passado imperial brasileiro eram idéias correntes que a alta hierarquia dirigente do IHGB, almejava difundir no meio intelectual do período, estabelecendo os pilares, que iriam nortear a historiografia nacional do século XIX. Assim, aquele pequeno “cenáculo dos pensadores da época sob a égide do imperador” (SODRÉ, 2002: p. 267), possuía em comum a idéia de elaborar a história política do país, seguindo em alguns momentos a “luz” do pensador romano Cícero.

Nessa perspectiva, vários intelectuais nacionais do período, direta ou indiretamente ligados ao IHGB, também almejavam inserir em seus estudos estes valores, propiciando a historiografia nacional, na era imperial, um discurso histórico sobre o jovem país, em que se repetiam “lições” relacionadas ao passado. Por isso, era bastante natural a existência de referências diretas ao orador e político Cícero, ressaltando em suas respectivas obras a significância da história *magistra vitae*. Um exemplo dessa situação pode ser percebido quando o autor paraibano Salvador Henrique D’Albuquerque, membro do IHGB, através de seu livro *Resumo da historia do Brasil*, publicado em Recife no ano de 1848, ressaltou fragmentos do topos ciceroniano:

A historia, que tem o primeiro lugar na literatura, e sem a noticia da qual o homem pouca cultura adquire, pouco saber, e pouco conhecimento de si e de sua posição no mundo; é a narração dos factos, e segundo Cícero: a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a escola da vida e a pregoeira da antiguidade; ella é ainda a lição eterna dos povos e o conselheiro incorruptível dos reis. (D’ALBUQUERQUE, 1848: p. 39)

As palavras de Salvador Henrique D’Albuquerque, podem ser tomadas como uma evidência da permanência do topos *magistra vitae* nos escritos de muitos intelectuais brasileiros. Na visão desse autor, que considera a história como uma área de conhecimento das mais importantes, o pensamento ciceroniano deveria ser utilizado por todos aqueles que se dispusessem a analisar os acontecimentos do passado. Para ele, as narrativas históricas não haviam perdido seu papel de “lição” tanto para os povos, como também para os seus governantes, pois era através da “grandeza d’esta sciencia, util para conceber o presente, prevenir o futuro, e julgar as acções dos nossos semelhantes” (Ibidem: p. 10).

Na concepção desse estudioso, o conhecimento histórico não poderia ficar limitado a entendimento de eventos no passado, ele possuía uma finalidade mais ampla, servindo para antecipar futuros problemas e encontrar soluções, como se os fatos decorridos pudessem servir de prevenção para acontecimentos vindouros. Além disso, da mesma maneira que os eventos, a atuação dos governantes também poderia ser observada, a partir de outros líderes políticos através dos tempos. Era o topos *magistra vitae* sendo colocado em prática no meio intelectual nacional.

No ano de 1851, J. M. Pereira da Silva, outro historiador integrante dos quadros do IHGB, publicou na revista do instituto um artigo em homenagem ao autor baiano Sebastião da Rocha Pitta (1660 - 1738), intitulado: *Biographia dos brasileiros distintos por letras, artes, armas, virtudes etc.* Nesse estudo, além das homenagens direcionadas aquele intelectual, Pereira da Silva fez referência as “escolas históricas” em voga no século XIX, defendendo em seguida que a “historia tem interesse superior, porque além de narrar, instrue e moralisa; os seculos têm entre si pontos de semelhança”. (PEREIRA DA SILVA, 1851: p. 266) As palavras desse membro do instituto, ao enfatizarem a história como portadora de “ensinamentos” para a sociedade, se constituem em evidências diretas da valorização do topos de *historia magistra vitae* entre alguns membros da inteligência brasileira durante o segundo reinado.

Em 1861, através de um estudo oferecido pelo sócio-correspondente Padre Lino do Monte Carmelo Luna a revista do instituto, com o título: *Biographia de D. Paulo de Moura, depois Fr. Paulo de Santa Catharina*, o topos ciceroniano continuou sendo utilizado, pois quando o autor do trabalho biográfico descreveu sua percepção da história, repetiu as palavras de Cícero, ao afirmar que a “historia é mestra da vida, e luz da verdade”. (MONTE CARMELO, 1861: p. 693)

O pensamento do Padre Lino do Monte Carmelo em relação à escrita histórica apenas reafirma a observação de que mesmo na segunda metade do século XIX, ainda subsistiam na historiografia brasileira, muitos intelectuais que professavam do pensamento ciceroniano, aplicando em seus respectivos estudos à lógica de condicionar essa área de conhecimento ao sentido de “lição” ou “exemplo”.

Seguindo a perspectiva expressa na revista do IHGB, e os trabalhos de Salvador Henrique D’Albuquerque, J. M. Pereira da Silva e do Padre Lino do Monte Carmelo Luna, vários outros autores brasileiros da época, fizeram referência a *historia magistra vitae*, utilizando direta ou indiretamente, aspectos integrantes desse pensamento. Um desses

estudiosos foi o paraense Domingos Antônio Raiol, através da obra *Motins Políticos*, analisou acontecimentos político-sociais deflagrados na Amazônia durante as décadas de 1820 e 1830, como será observado no próximo tópico.

Ensinamentos de uma terra amotinada: Domingos Antônio Raiol e as experiências da história amazônica

Ao longo das mais de mil páginas de sua narrativa, Domingos Antônio Raiol, ocupou-se em apresentar uma multiplicidade de eventos político-sociais, desencadeados na província do Grão-Pará entre as décadas de 1820 e 1830, chamados por ele pejorativamente de *motins*. Nesse estudo, as preocupações do Barão de Guajará eram bem mais profundas que a descrição dos fatos, pois estavam marcadas pela perspectiva “ciceroniana” de tratar os acontecimentos do passado como experiências a serem conhecidas e, principalmente que propiciassem “lições” para os povos do presente e futuro.

O Barão de Guajará, aproximando-se dos modelos seguidos por parte da intelectualidade brasileira de sua época, adotava uma postura “pedagógica” em sua narrativa, na qual, os diversos *motins* e ações das *turbas*, deveriam servir de alerta para prevenir dificuldades no futuro, por parte principalmente das autoridades, lideranças políticas e intelectuais. Vale ressaltar que na opinião desse autor, a própria elaboração *Motins Políticos*, estava inserida em uma “missão” ou responsabilidade do historiador em esclarecer a sociedade, possuindo uma obrigação “moral” de alertar contra supostas ameaças ocasionadas por membros das camadas populares ou lideranças político-militares “mal intencionadas”, que de alguma forma ameaçassem a manutenção da ordem vigente:

Quem dera que as páginas sangrentas da história paraense possam inspirar lições salutares de moralidade aos pregoeiros das más doutrinas, aos instigadores das multidões contra as leis e os princípios de justiça, com sacrifício da ordem e das próprias garantias individuais. Os erros de uns hoje geram os erros de outros amanhã. (RAIOL, 1970: p. 920)

Estas palavras de Domingos Antônio Raiol são convenientes para o aprofundamento das discussões nesse tópico, pois revelam não apenas suas opiniões em relação ao papel “didático” e “exemplificativo” dos “ensinamentos” propiciados pela

história, como também servem na composição dos valores morais, estabelecendo com suas “lições”, as “normas de conduta político-sociais” a serem adotadas.

Além disso, a obra *Motins Políticos* também era concebida pelo Barão, como uma “narrativa” indispensável à construção da sociedade nacional, através da qual, a escrita histórica poderia funcionar não apenas como maneira de “ensinar” a partir dos acontecimentos passados, mas também, para explicar os problemas contemporâneos vivenciados no Brasil, por meio da lógica na qual o “passado ajuda a elucidar o presente”, como pode-se observar no trecho a seguir:

E prouvera aos céus que os meus ensaios possam servir a futuros escritores. É dever nosso e dever sagrado reverenciar o passado como a primeira pedra angular do edifício social. O presente de um povo é quase sempre o reflexo do seu passado; é neste que as novas gerações vão sempre beber as lições da vida, passadas e repassadas pelo cadinho da experiência; é lá o assento da verdadeira escola onde se aprende a detestar o vício e a endeusar a virtude; é lá a fonte fecunda que aviventa a moralidade popular pelos exemplos do mais acrisolado patriotismo. (Ibidem: p. 416)

Por meio destas palavras, Raiol procurava apresentar estudo histórico como “lição” em diversas perspectivas políticas e sociais, concebendo este campo de estudo como fundamental para a formação humana, tanto pessoal como coletiva. Outro ponto a ser enfatizado nas palavras do Barão é a ênfase não apenas as “lições” políticas, mas principalmente as “experiências” que a história poderia possibilitar como “verdadeira” “mestra da vida”.

Além disso, o livro *Motins Políticos* também era observado por seu autor como uma espécie de “trabalho patriótico”, pois ressaltava diretamente que através desses escritos colaborava com a construção do “edifício social”. Nessa perspectiva, o Barão assumia seu objetivo de elaborar uma narrativa em favor dos interesses imperiais e da manutenção da ordem vigente, em que as experiências históricas do passado serviam entre outros aspectos para reforçar os ideais que professava.

Ademais, por meio dessa obra, o Barão de Guajará não almejava apenas reconstituir parte do passado regional e imperial, durante a primeira metade do século XIX, haviam outros objetivos inseridos na escrita daquelas páginas. Um deles estava centrado na perspectiva de construção de uma história de caráter *monumental*:

A história é o verdadeiro mausoléu dos homens ilustres. Levantemos pois um aos nossos antepassados (...) Na falta de quem seja adestrado no manejo do cinzel e do buril, na falta de quem saiba talhar e alisar a pedra, proponho-me a ser eu o escultor; ministre-me cada um os materiais de que puder dispor, e eu prometo que levarei ao cabo a empresa, levantando ao passado o monumento projetado. (Ibidem: p. 415)

Além de demonstrar que Raiol, tinha convicção das dificuldades propiciadas pela pesquisa e escrita de *Motins Políticos*, essa citação deixa transparecer que a perspectiva de *monumento*, também estava presente no texto do Barão de Guajará. Para esse autor os fatos históricos, baseados nos “exemplos” dos “heróis” e “personagens ilustres” deveriam constituir-se em narrativas que deveriam ser “eternizadas” para as gerações subseqüentes, não apenas pelos seus ensinamentos mais também pela sua grandeza e importância. Assim, sua narrativa histórica possuía a perspectiva de se constituir em uma espécie de “tributo de saudade a lembrança de tantos varões ilustres que, vítimas dos erros do passado, prepararam o presente” (Ibidem, p. 415), aproximando-se nesse sentido da *história monumental*.

Foi no final do século XIX, em um momento praticamente contemporâneo ao que o autor Domingos Antônio Raiol elaborava seu livro *Motins Políticos*, o filósofo alemão Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900), estabeleceu considerações a cerca da *história monumental*. Para ele, uma das formas de narrativa histórica existente desde a antiguidade, que consistia em apresentar os fatos do passado como “monumentos dignos de ser imitados (...) como uma coleção de ‘efeitos em si’, isto é, de acontecimentos que, em todos os tempos, poderão causar efeito” (NIETZSCHE, 2008: p. 35), contribuindo, segundo seus defensores, não apenas para evidenciar momentos grandiosos do passado, como também em estabelecer modelos de conduta para a sociedade. Assim, no pensamento desse autor alemão a história monumental deveria “produzir, nos indivíduos do presente, a crença de que a grandeza, como foi possível no passado, pode ser possível uma vez mais” (LOPES, 2006: p. 130).

A percepção de *história monumento* defendida por Nietzsche em seu estudo intitulado: *Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida*, encontra algumas aproximações com a *história magistra vitae*, pois na perspectiva de referir-se ao “passado e procurar nele exemplos, modelos para ação” (REIS, 2007: p. 104). Considerando ao mesmo tempo em que a “história é mestra da vida, pois sugere a essa imitação,” (REIS, 2007: p. 104) o pensador alemão deixava transparecer através de suas críticas, as correspondências entre a *história monumento* e o *topos* ciceroniano, que já se encontrava em desuso na Europa de sua época.

Raiol, embora aparentemente desconhecesse o conceito de *história monumental* definido por Nietzsche nas últimas décadas do século XIX, ao enfatizar a importância de

sua narrativa como um “monumento projetado” para demonstrar os “grandes exemplos” do passado. Propiciava uma curiosa aproximação entre os objetivos da escrita de sua obra e um dos modelos de história apresentados pelo autor alemão.

Além deste ponto, o texto do Barão de Guajará, ao enfatizar na história a possibilidade de propiciar “ensinamentos” variados para a humanidade, agregando características sentimentais e patrióticas, possibilitava verificar alguns dos principais objetivos desse autor em escrever a obra *Motins Políticos*, centrados na perspectiva de seus estudos tornarem-se úteis para futuros autores e na necessidade de reconstituir parte da história paraense, adequada aos anseios político-sociais do regime imperial. Dessa forma, o passado que deveria ser reverenciado era aquele em que “heróis” e outros personagens ilustres, responsáveis pelo estabelecimento da monarquia tivessem seus “papéis” enaltecidos, para servirem de “exemplo” as futuras gerações.

Por outro lado, a existência de paralelismos na obra *Motins Políticos*, aproximava conteúdos e eventos pertencentes á tempos e sociedades bastante distintas, como nos momentos em que Raiol faz associações nas quais expõe personagens da antiguidade clássica greco-romana e da Revolução Francesa:

Descrevendo a tirania de um Verres, a ambição de um Catilina, a perversidade de um Marat, a história demonstra que as calamidades públicas provém quase sempre do ódio, da inveja, da coleta, do orgulho, do amor-próprio desordenado, desses outros sentimentos que transviam o coração humano. E descrevendo a abnegação de um Sêneca, o patriotismo de um Catão, o afeto filial de um Coriolano, produz a emulação por essas grandes virtudes que arrastam o homem aos sublimes cometimentos de heroísmo por amor da humanidade, da pátria e da família. (RAIOL: 1970, p. 416)

Reforçando a perspectiva de história como provedora de “ensinamentos” morais, Raiol realçou nesta citação, a presença de sentimentos e ações “negativas” ou “positivas”, presentes em diversas personalidades que integraram eventos históricos ao longo do tempo. Por meio destes “exemplos”, ele procurava demonstrar que em sua percepção, a narrativa sobre o passado precisava expor “lições” sentimentais, a serem evidenciadas pelo trabalho do historiador. Eram esses “vícios” ou “virtudes” que deveriam servir de parâmetro para a sociedade, pois o conhecimento dos fatos decorridos em outros tempos proporcionava na percepção ciceroniana o “engrandecimento” moral dos cidadãos e autoridades.

Para reforçar esse pensamento, em outro momento de *Motins Políticos*, ao apresentar a situação de penúria das populações refugiadas na ilha de Tatuoca e as

ações do Marechal Manuel Jorge Rodrigues, que tentava solucionar os diversos problemas naquele contexto, Raiol expressa que a: “história ensina que à voz ardente e enérgica de um chefe, ao exemplo vivo de sua valentia e dedicação, levantam-se os povos que nunca se recusam aos sacrifícios quando, ameaçados os seus direitos” (Ibidem: p. 875).

Através da utilização desses “modelos” de conduta cívicos e humanos, presentes ao longo de sua narrativa, Raiol permite a percepção de alguns das características da escrita histórica no Brasil de seu tempo, marcada por perspectivas voltadas para enaltecimento de aspectos como a subjetividade, os sentimentos e a pátria, influenciadas pelo pensamento romântico, que ainda subsistia nas décadas de 1860 e 1870.

Na concepção do autor de *Motins Políticos*, os paralelismos históricos, mesmo quando envolviam acontecimentos distantes cultural e temporalmente, funcionavam como “exemplos” que não poderiam ser desprezados, pois os “erros” ou “acertos” do passado serviriam para instruir as populações e governos contemporâneos sobre as maneiras mais adequadas de ação. Nessa situação, o livro de história adquiria uma função relevante, pois auxiliaria no direcionamento da coletividade em geral para “caminhos” mais seguros nos campos político-sociais.

Dessa forma, como fiel defensor do Império no Brasil, uma de suas mais evidentes inquietações, quanto aos ensinamentos da escrita histórica, recaía sobre as ameaças e oposições que o regime monárquico poderia sofrer no presente ou futuro. Nesse sentido, Raiol procurava adquirir no passado histórico, argumentos favoráveis a esta forma de governo, ressaltando versões de acontecimentos, que possibilitassem um enfoque positivo quanto à monarquia, pois segundo ele, os “hábitos e os costumes que nos fizeram adotar a monarquia (...) verdades tantas vezes comprovadas pela história dominavam o espírito da população paraense” (Ibidem: p. 109-110).

Além do apoio ao regime imperial em seus “ensinamentos” históricos, o Barão de Guajará também demonstrava seu apreço à monarquia, fazendo constante uso das “lições” pertencentes ao passado dos governos de outras nações, como forma de reforçar seus argumentos em favor do Império, acreditando que a realização de comparações e analogias com a história política do velho mundo era capaz de fornecer parâmetros interpretativos, úteis para o 2º reinado.

Dessa forma, além dos argumentos provenientes de acontecimentos do passado clássico, eventos históricos temporalmente mais próximos, como as revoluções inglesa e

francesa, também faziam parte do “leque” de “lições” políticas enfatizadas por Domingos Antônio Raiol em sua obra. Contudo, grande parte das referências feitas pelo Barão, aos episódios dessas revoluções eram marcadamente negativos, pois na ótica deste autor, os mesmos simbolizavam “exemplos” de movimentos ameaçadores a ordem sócio-política estabelecida:

Não se diga que os hábitos e costumes nenhuma influência podem ter na constituição dos governos. A história fala bem alto, e, sem nos ser preciso recorrer à antiguidade, basta-nos volver os olhos sobre as duas grandes nações que estão hoje à frente da civilização, e que tantas vezes nós invocamos com suas lições e experiência. (...) Desde os merovingianos até o reinado do infeliz Luís XVI a França não conheceu outro regímen, que não fosse o monárquico. Por centenares de anos ela habituou-se a esta forma de governo, e depois dos terríveis acontecimentos de 1789 é que o povo francês tentou estabelecer novo regímen político. (...) Também Carlos I foi decapitado na Inglaterra e Cromwell plantou neste país o regímen republicano. Seus frutos, porém, não puderam sazonar, porque o antigo regímen monárquico estava inoculado na nação e já com êle se tinha habituado o povo. (Ibidem: p. 108)

Ao recorrer ao passado imperial da França e Inglaterra, como forma de legitimar a monarquia no Brasil, Domingos Antônio Raiol utilizava como principais argumentos, a perspectiva negativa em relação a ambas as revoluções, o apoio do povo em relação à monarquia, a não “legitimidade” destes movimentos em combater o regime oficial, além das supostas “violências” e “injustiças” cometidas pelas camadas populares durante aqueles acontecimentos. Ao encaminhar sua narrativa para a defesa dos ideais monárquicos, o Barão de Guajará deixa transparecer que havia outros objetivos, muito mais profundos, na inserção do topos *magistra vitae* em *Motins Políticos* centrados na ênfase de estabelecer um texto em favor dos desígnios da política de D. Pedro II.

Nesse sentido, durante a investigação da inclusão do pensamento ciceroniano no livro *Motins Políticos*, percebe-se de imediato que no contexto do 2º reinado, produção intelectual e interesses políticos não estavam dissociados, compondo um jogo de experiências e relações sociais que refletiam o plano ideológico-partidário vivenciado no Brasil da segunda metade do século XIX. Assim, enquanto inseria em sua narrativa “exemplos” e “lições” do passado, Raiol, imprimia em sua obra os valores político-sociais que professava, construindo uma história legitimadora do *status quo*.

Raiol não reconhecia no passado histórico, qualquer reivindicação social das camadas populares, em sua visão, essas populações pobres eram historicamente exemplificadas como ameaçadoras do “progresso” e da “ordem vigente” que deveria ser mantido a todo custo, sob a hegemonia de uma pequena elite econômica, política e

intelectual. Assim, o Barão não almejava vislumbrar que o curso da história, no decorrer do tempo, tanto “entre os antigos ou entre os modernos, era orientado pelo mesmo impulso de violência, pelo qual os mais fracos são dizimados.” (LIMA, 2006: p. 125)

Ao contrário desse pensamento, Raiol estabeleceu em seu texto histórico, a percepção na qual os grupos dominantes foram ameaçados pelas ações *turbas*. Para o Barão, essas populações jamais deveriam transpor seu “lugar” na história, e muito menos voltar-se contra a legitimidade da monarquia. Na narrativa de *Motins Políticos*, a história de outros povos e épocas, e concebida como um repertório de “exemplos” a serem seguidos ou não, nos quais, qualquer perspectiva de ação das camadas pobres e excluídas representaria situações de ameaça e caos que colocariam em risco qualquer perspectiva de desenvolvimento.

Enfim, mesmo considerando que seu texto histórico deveria privilegiar as “ações” dos “homens ilustres” e as medidas governamentais, Raiol não teve como deixar de fora a participação das camadas populares nos eventos do Grão-Pará. Estas, observadas pelo Barão como portadoras de “costumes dissolutos” e atos “ameaçadores”, se constituíam nos “exemplos” e “lições” mais adequadas para conscientizar as elites do presente e futuro sobre o “perigo” que as “turbas”, em qualquer época e sociedade representavam.

Recebido em: 05/11/ 2010

Aceito em: 14/12/2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, José Joaquim Rodrigues de. *Collecção de pensamentos, maxims e proverbios*. Segunda edição. Lisboa: Imprensa Nacional. 1847.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3ª Ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

BONI, Luiz Alberto de. (Org.). *A ciência e a organização dos saberes na Idade Média*. 2ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Ed. Mira-Sintra. 1983.

CHIAVENATO, José Júlio. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CICERÓN, M. T. *El Orador*. Ed. bilingüe. Texto revisado y traducido por A. Tovar y A. R. Bujaldón. Barcelona: Alma Mater, 1967.

CRUZ, Ernesto. *Nos Bastidores da Cabanagem*. Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942.

D'ALBUQUERQUE, Salvador Henrique. *Resumo da historia do Brasil*. Recife: Typ. Imparcial. 1848.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2ª ed. Belém: Cejup, 1990.

FALCON, Francisco. História e poder. IN: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

GUSDORF, Georges. *As revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria?* Tradução Henrique de Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro, Editoras UFRJ/FGV, 1998.

HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936.

KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistra vitae. Sobre a dissolução do topos*. In: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOPES, Marcos Antônio. *O político na modernidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. *Voltaire político: espelhos para príncipes de um novo tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LOPES, Rogério Antônio. *Elementos da retórica em Nietzsche*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MUNIZ, Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. 2ª Ed. Belém: SECULT. 1973.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Ed. Martin Claret. 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Da Utilidade e do Inconveniente da História para a Vida*. São Paulo: Editora Escala. 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1994.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

_____. *Obras de Domingos Antônio Raiol – Barão de Guajará*. Belém, GRAFISA. 1970.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

_____. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

RUI, Adailson José. A elaboração da história na Idade Média. IN: BONI, Luiz Alberto de. (Org.). *A ciência e a organização dos saberes na Idade Média*. 2ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: CEJUP, 1992.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: SECULT. 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7ª Ed. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil S. A. 1988.

_____. *História da literatura brasileira*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

ZILLY, Berthold. *Civilização versus barbárie. Um confronto entre Facundo (1854) de Sarmiento e os Sertões (1902) de Euclides da Cunha*. IN: AGUIÁR, F.: MEIHY, J.C.S.B. & VASCONCELOS. (orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1998.

Revistas

BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso. IN: *Revista trimensal do Instituto Historico Geographico do Brasileiro*. Segunda Edição. Tomo primeiro. Rio de Janeiro: Typ. da Ass. do Despertador. 1839.

BARBOZA, Januario da Cunha. Relatorio do secretário perpertuo. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1858.

DA SILVA, J. M. Pereira. Biographia dos brasileiros distintos por letras, artes, armas, virtudes etc. IN: *Revista Trimensal de Historia e Geographia*. Tomo quarto, Rio de Janeiro, Tipographia Universal de Laemmert. 1851.

LUNA, Lino do Monte Carmelo. Biographia de D. Paulo de Moura, depois Fr. Paulo de Santa Catharina. IN: *Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXIV. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos. 1861.

RICCI, Magda. *História Amotinada: memórias da cabanagem*. Cadernos do CFCH, v. 12, n. 1-2. Belém: 1993.